



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681335 - AL (2021/0226338-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MACKYSUEL MENDES LINS
ADVOGADO : MACKYSUEL MENDES LINS - AL014794
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : LUIZ AUGUSTO DE ARAUJO GOMES (PRESO)
CORRÉU : ANDREY VICENTE SILVA SANTOS
CORRÉU : CARLOS HENRIQUE MENDES MOREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ AUGUSTO DE ARAUJO GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n.º 0800149-57.2021.8.02.9002).

O paciente foi preso em flagrante em 14/05/2021 pela suposta prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, crimes previstos nos arts. 33 e 35 c/c art. 40, inc. III da Lei nº 11.343/2006.

O impetrante sustenta que haveria nulidade no flagrante, pois o paciente teria sido encontrado em outra localidade e, sem mandado judicial, levado até a sua residência, não havendo nos autos qualquer elemento que evidencie a autorização para entrada dos agentes no domicílio.

Afirma que o réu é primário, que possui residência fixa e trabalho certo e que a prisão preventiva não estaria devidamente fundamentada.

Alega que a custódia seria ilegal, devendo ser relaxada ou substituída por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva do paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar ou, subsidiariamente, a concessão de liberdade provisória, nos termos do art. 321 do Código de Processo Penal, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas nas hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou o acórdão que julgou o *habeas corpus* na origem. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão do HC n.º 0800149-57.2021.8.02.9002.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência